



Diário da Justiça

REPÚBLICA
FEDERATIVA
DO BRASIL

ANO LXVII — Nº 25

QUARTA-FEIRA, 5 DE FEVEREIRO DE 1992

BRASÍLIA — DF

Sumário

	Página
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	593
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	593
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.....	627
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR	635
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	635
ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL — Conselho Federal	636

Supremo Tribunal Federal

Departamento Judiciário

Despachos

MANDADO DE SEGURANÇA

MS 21.357-4 - BA

Impete: German Baqueiro Duran (Adv: Jorge Messias Borba Fróes) Impdo: Presidente da República. Litisconsorte Passivo: Hermano Augusto Palmeira Machado (Adv: Pedro Gordilho)

DESPACHO:

1. Declaro-me habilitado a proceder ao relato deste processo e a proferir voto.
2. Ao Gabinete, para as providências cabíveis.
3. Publique-se.

Brasília, 03.02.1992

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO

Ag. nº 139.856-6/040 - SP (PG-STF Nº 21.044)

Agte.: Mannesmann Demag Movicarga Ltda. (Advs.: Paulo Ricardo de Divitiis e outros). Agdo.: ELETROPAULO - Eletricidade de São Paulo S/A (Advs.: Paulo Egidio Camassa e outros).

DESPACHO: J. O ilustre signatário o instrumento de mandato ortorgado ao subscritor do substabelecimento em anexo.

Brasília, 09 de dezembro de 1991.

Ministro CÉLIO BORJA
Relator

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
BIBLIOTECA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO
NR. 142470-2/210 - SP
DISTRIBUIDO 12/12/91 RELATOR MIN. MARCO AURÉLIO

RECTE. UNIAO FEDERAL
ADV. PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL
RECDO. GALVANI ARMAZENS GERAIS LTDA
ADV. MARIA CECÍLIA ZORRA E OUTROS

Despacho: Ao Ministério Público Federal.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 1991.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator

Eu, Ranuzia Braz dos Santos, Diretora da divisão de Publicações e Intimações, conferi. Maria Cecília Gueiros de Barros Barreto, Diretora do Serviço do Processo Judiciário.

Brasília, 03 de fevereiro de 1992.

Superior Tribunal de Justiça

Presidência

ATOS DE 31 DE JANEIRO DE 1992

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 617/91 - Pessoal, resolve

Nº 11 - NOMEAR os candidatos abaixo relacionados para exercerem, em caráter efetivo, por terem sido aprovados em concurso público realizado pelo Tribunal Superior do Trabalho, o cargo de Agente de Segurança Judiciária, Classe "A", Referência NI. 24, Código STJ-AJ-025, do Grupo-Atividades de Apoio Judiciário, do Quadro de Pessoal da Secretaria do Superior Tribunal de Justiça:

01. SÉRGIO LUIZ QUEIROZ SAMPAIO DA SILVEIRA
02. ARNO ALFREDO HOFMANN
03. LUIZ ALBERTO PEDRO AREAL
04. MARCO AURÉLIO MACEDO DE CARLOS
05. LEANDRO DA MOTA OLIVEIRA
06. JAIR PINHEIRO NOGUEIRA
07. NILTON HAUCK FERREIRA
08. ELIOMAR JOSÉ DIAS ROCHA
09. JORGEVAL SILVA COSTA
10. CARLOS JOSÉ SOUTO
11. RÔMULO JORGE BRAGA VINHÁES
12. CLÁUDIO JOSÉ DIAS PEQUENO
13. MARCOS ANTÔNIO BELÉM PONTES
14. HEDLIAN DA SILVA CÂNDIDO
15. ADELMAR BONFIM E SILVA, em vagas decorrentes do Ato nº

501/MP, de 20 de dezembro de 1990.

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, resolve

Nº 12 - NOMEAR a Bacharela em Direito HILMARA BASTOS PAREDES para exercer o cargo, em comissão, de Diretor da Subsecretaria de Material e Patrimônio, Código STJ-DAS-101.4, do Quadro de Pessoal da Secretaria do Superior Tribunal de Justiça, em vaga decorrente da exoneração de José Jesus de Oliveira.

Nº 13 - NOMEAR o Bacharel em Administração JOSÉ JESUS DE OLIVEIRA para exercer o cargo, em comissão, de Diretor da Secretaria Administrativa, Código STJ-DAS-101.5, do Quadro de Pessoal da Secretaria do Superior Tribunal de Justiça, em vaga decorrente da exoneração de Célia Maria de Siqueira Ottoni.

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 13, parágrafo 6º da Lei nº 8.112/90, resolve

Nº 14 - TORNAR SEM EFEITO a nomeação dos candidatos abaixo relacionados, de que trata o Ato nº 813, de 21 de novembro de 1991, publicado no Diário da Justiça de 25 subsequente, por não terem tomado posse no prazo legal, no cargo efetivo de Técnico Judiciário, Classe "A", Referência NS. 10, Código STJ-AJ-021, do Grupo-Atividades de Apoio Judiciário, do Quadro de Pessoal da Secretaria do Superior Tribunal de Justiça:

01. CATARINA MARIA CAMPOS DOS REIS
02. HERLI CARLOS SOARES DO NASCIMENTO

MINISTRO WILLIAM ANDRADE PATTERSON
Vice-Presidente, no exercício da
Presidência

Divisão de Execução de Sentenças e Precatórios

PRECATÓRIOS COM DESPACHOS DIVERSOS

Precatorio Nr. 20.181-MG (Registro : 9734490)
Requerente : ESTADO DE MINAS GERAIS
Advogado : EDUARDO ANTONIO VIEIRA AYER e outro
Requerido : Instituto de Administracao Financeira da Prev. e Assist. Social - IAPAS
Advogado : JOSE MOREIRA DOS SANTOS e outro
Deprecante : JUIZO FEDERAL DA 1A VARA-MG

DESPACHO

Oficio retro.
Tendo em vista que o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) nao colocou a disposicao desta Corte o valor objeto deste requisitorio, e nao tendo sido extraido dos autos de Embargos a Execucao numero 29835-2 (16.300/83-A) novo precatório, determino, em face da omissao da Autarquia requerida e do infimo valor deste, o seu arquivamento, propiciando ao interessado requerer, no Juizo de origem, um outro, com valor corrigido a partir da promulgacao da Constituicao (artigo 100, paragrafo primeiro).

Oficie-se, encaminhando copia deste despacho e da informacao de fls. 54 ao MM. Juiz Federal da Primeira Vara da Secao Judiciaria do Estado de Minas Gerais e ao Doutor Eduardo Antonio Vieira Ayer, dignissimo procurador do Estado, requerente.

Publique-se.
Cumpra-se..

Brasilia, 17 de dezembro de 1991

MINISTRO ANTONIO TORREAO BRAZ
Presidente do Superior Tribunal de Justica



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Imprensa Nacional - IN
SIG - Quadra 6, Lote 800 - 70604 - Brasilia/DF
Telefones: PABX: (061) 321-5566 - Fax: (061) 225-2046
Telex: (061) 1356
CGC/MF: 00394494/0016-12

ENIO TAVARES DA ROSA
Diretor-Geral

NELSON JORGE MONAIAR
Coordenador de Produção Industrial

DIÁRIO DA JUSTIÇA - Seção I

Órgão destinado à publicação dos atos dos Tribunais Superiores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Chefe da Divisão de Jornais Oficiais

JOSÉ EDMAR GOMES - MIGUEL FELIX DOS ANJOS
Editores

Publicações: os originais devem ser entregues na Seção de Seleção e Registro de Matérias no horário das 7:30 às 13:00 horas. Qualquer reclamação deve ser encaminhada, por escrito, à Divisão de Jornais Oficiais no prazo de cinco dias úteis após a publicação.

Assinaturas: as assinaturas valem a partir de sua efetivação e não incluem os suplementos, que podem ser adquiridos separadamente.

	Diário Oficial			Diário da Justiça	
Preços	Seção I	Seção II	Seção III	Seção I	Seção II
Assinatura trimestral	Cr\$ 40.200,00	Cr\$ 10.200,00	Cr\$ 36.540,00	Cr\$ 40.750,00	Cr\$ 64.590,00
Portes:					
Superfície	Cr\$ 21.516,00	Cr\$ 10.560,00	Cr\$ 18.876,00	Cr\$ 21.516,00	Cr\$ 38.808,00
Aéreo	Cr\$ 61.380,00	Cr\$ 30.360,00	Cr\$ 61.380,00	Cr\$ 61.380,00	Cr\$ 110.880,00

Informações: Seção de Assinaturas e Vendas - SEAVEN/DIVOM
Telefone: (061) 321-5566 Ramais: 305/309/399/314/317/328/325
Horário: 7:30 às 19:00 horas

Precatorio Nr. 20.752-MG (Registro : 9955062)
Requerente : MAURO EUSTAQUIO DE OLIVEIRA e outro
Advogado : ETELVINO OSWALDO COSTA e outro
Requerido : Uniao Federal
Deprecante : JUIZO FEDERAL DA 4A VARA-MG

DESPACHO

Peticao retro.
A vista de que a obrigacao objeto deste requisitorio foi satisfeita, podera ser requerido, junto ao Juizo de origem, precatório complementar ao Tribunal Regional Federal da Primeira Regiao.
Publique-se.
Arquive-se.

Brasilia, 17 de dezembro de 1991

MINISTRO ANTONIO TORREAO BRAZ
Presidente do Superior Tribunal de Justica

Precatorio Nr. 20.769-RS (Registro : 8800022464)
Requerente : COOPERATIVA TRITICOLA CACHOEIRENSE LTDA
Advogado : NELSON DOS SANTOS BLAYA
Requerido : IAPAS / BNH
Deprecante : JUIZO DE DIREITO DA 2A VARA DE CACHOEIRA DO SUL-RS

DESPACHO

Despacho de fls. 22.
A vista do oficio retro, arquive-se este precatório.
Publique-se.

Brasilia, 17 de dezembro de 1991

MINISTRO ANTONIO TORREAO BRAZ
Presidente do Superior Tribunal de Justica

Precatorio Nr. 21.163-RS (Registro : 8800103154)
Requerente : IAP S/A IND/ DE FERTILIZANTES
Advogado : JORGE EDUARDO BURATTO
Requerido : Uniao Federal
Deprecante : JUIZO FEDERAL DA 11A VARA-RS

DESPACHO

Vistos...
Tendo em vista os termos da informacao de fls., que noticia a disponibilidade de verba e a nao manifestacao do interessado pelo recebimento do valor, determino o repasse do numerario a conta do Juizo de origem para que, devidamente intimado e na forma da lei, o requerente proceda ao respectivo levantamento.
Expeca-se oficio ao MM. Juiz requisitante, encaminhando copia deste despacho e da ordem de pagamento objeto da transferencia. Isto feito e publicado este despacho, arquive-se.

Brasilia, 05 de setembro de 1991

MINISTRO ANTONIO TORREAO BRAZ
Presidente do Superior Tribunal de Justica

Precatorio Nr. 23.119-RS (Registro : 8800369987)
Requerente : LUIZ ALBERTO LOPES SENFF e outros
Advogado : ELIETE KRAEMER e outro
Requerido : Instituto Nacional de Previdencia Social - INPS
Advogado : THERESINHA FANFA CARONE
Deprecante : JUIZO FEDERAL DA 1A VARA-RS

Precatorio Nr. 23.456-RS (Registro : 8800373631)
Requerente : CANDIDO LEMES e outro
Advogado : FERNANDO OZANAN DE FRANCESCHI
Requerido : Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER
Advogado : SEBASTIAO DOMINGOS PINTO
Deprecante : JUIZO FEDERAL DA 1A VARA-RS

DESPACHO

Vistos...
Tendo em vista os termos da informacao de fls., que noticia a disponibilidade de verba e a nao manifestacao do interessado pelo recebimento do valor, determino o repasse do numerario a conta do Juizo de origem para que, devidamente intimado e na forma da lei, o requerente proceda ao respectivo levantamento.
Expeca-se oficio ao MM. Juiz requisitante, encaminhando copia deste despacho e da ordem de pagamento objeto da transferencia. Isto feito e publicado este despacho, arquive-se.

Brasilia, 06 de novembro de 1991

MINISTRO ANTONIO TORREAO BRAZ
Presidente do Superior Tribunal de Justica

Subsecretaria da Segunda Seção

Divisão de Processamento

AUTOS COM DESPACHOS DIVERSOS

AR 152/RJ (89.0007791-0) - Autoras: MASSA FALIDA DA CONSTRUTORA NOBREGA E MACHADO LTDA. E OUTRA, Advogados: Leopoldo Cesar Fontenele, Luiz Fernando Garcia de Oliveira e outros. Re: EMPRESA BRASILEIRA

balho, com a devolução das verbas rescisórias recebidas, por pretender auferir salário sem a contraprestação devida, ainda que gestante.

Desse modo, incumbe o art. 896 da CLT, razão pela qual nega-se seguimento aos embargos.

Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 1991

MINISTRO ERMES PEDRO PEDRASSANI
Presidente da Turma

Proc. nº TST-AG-RR-28554/91.7

Agravante: CIA. GERAL DE MELHORAMENTOS EM PERNAMBUCO

Adv.: Dr. Benon Peixoto da Silva

Agravado: BENIVAL ANTONIO DA SILVA

Adv.: Dr. Maria do R. de F. Vaz Rodrigues

TRT: 6ª Região

DESPACHO

Pelo despacho de fls. 117, neguei seguimento ao recurso de revista empresarial, por entender estar o mesmo deserto à míngua de depósito recursal.

As fls. 118/122, o ora agravante pede a reconsideração do referido despacho argumentando que quando da interposição do recurso ordinário efetuou o valor total da condenação arbitrada pela MM. JCJ.

Com efeito, o depósito efetuado foi no valor total da condenação, razão pela qual não há que se falar em complementação de depósito recursal.

Assim sendo, reconsidero o despacho agravado, determinando o processamento normal da revista.

Publique-se.

Brasília, 10 de dezembro de 1991

MINISTRO HÉLIO REGATO
Relator

Turma Especial

E-ED-ED-RR-3696/89.7

EMBARGOS

Embargante: JOSÉ ALTAIR FONTOURA RODRIGUES

Advogada : Dra. Sandra Márcia Cavalcante Tôrres das Neves

Embargada : ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

Advogado : Dr. João Conceição e Silva

9ª Região

DESPACHO

A Turma Especial conheceu e deu provimento à revista patronal, consignando:

"A Lei nº 4860/65 é expressa ao determinar a incidência do adicional de hora extra sobre o valor do salário ordinário. Esta circunstância afasta o entendimento adotado pelo Regional, que considera salário-hora ordinário o valor da hora normal com a repercussão dos adicionais por tempo de serviço, de risco e produtividade.

A expressão salário-hora ordinário a que se refere a lei há de ser entendida como salário básico, em que não são considerados os respectivos adicionais" (fls. 267).

Irresignado, opõe embargos o reclamante (fls. 287/297). Advoga violência aos arts. 832, da CLT, 128, 460 do CPC, e 5º, XXXV, da Constituição Federal, por julgamento fora dos limites da lide, quanto à exclusão do cálculo das horas extras do adicional por tempo de serviço e, meritariamente, pretende divergentes as decisões que transcreve (fls. 291/292 e 294/297).

Tendo em vista o último parágrafo de fls. 242, vislumbro a possibilidade de ofensa às normas legais invocadas. Por outro lado, há dissidência válida no que pertine à repercussão dos adicionais de risco e de produtividade no cálculo das horas extras (fls. 291/292).

Admito os embargos.

Vista à parte contrária para, no prazo de 8 (oito) dias, que rendo, apresentar suas contra-razões.

Publique-se:

Brasília, 06 de dezembro de 1991.

MINISTRO MARCELO PIMENTEL
Presidente da Turma Especial

E-ED-RR-5460/90.1

EMBARGOS

Embargante: COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL

Advogado : Dr. Roberto Caldas Alvim de Oliveira

Embargado : PAULINO FLORENTINO DE MELLO

Advogada : Dra. Sinclair Fátima Tibola

9ª Região

DESPACHO

Não conhecida sua revista (fls. 147/149 e 155/156), opõe embargos à empresa (fls. 158/160). Pretende contrariar o art. 896, da CLT, eis que a jurisprudência de fls. 98 seria específica.

Não vislumbro ofensa à literalidade do art. 896, consolidado, pois o aresto paradigma, além de partir de premissa não abordada pelo acórdão regional (ser a empreiteira economicamente idônea à época da contratação), também não esclarece se "os serviços foram prestados no

interesse da atividade permanente do dono da obra" (fls. 91), pressuposto fático da decisão atacada, atraindo a incidência do Enunciado nº 296.

Não admito os embargos.

Publique-se.

Brasília, 03 de dezembro de 1991

MINISTRO MARCELO PIMENTEL
Presidente da Turma Especial

TST-RR-8110/90.1

RECURSO DE REVISTA

Recorrente: ROBERTO DE ARAÚJO PITHON

Advogado : Dr. Antonio Lopes Noleto

Recorrido : BANCO DO BRASIL S/A

Advogado : Dr. Helvecio Rosa da Costa

15ª Região

DESPACHO

Tendo em vista o expediente de fls. 900/901 (TST-P-16854/91.0), que noticia a celebração de acordo entre as partes, determino a baixa dos autos à instância de origem.

Publique-se.

Brasília, 05 de dezembro de 1991

MINISTRO MARCELO PIMENTEL
Presidente da Turma Especial

Superior Tribunal Militar

Secretaria do Tribunal Pleno

Pauta de Julgamentos

PAUTA Nº 003

- APELAÇÃO Nº 46.375-5 - Relator Ministro Antônio Carlos de Seixas Telles. Revisor Ministro Everaldo de Oliveira Reis. Adv. Dr. Monclar da Rocha Bastos.

- RECURSO CRIMINAL Nº 6.015-0 - Relator Ministro Luiz Leal Ferreira. Adv. Dr. Jobim Neto.

Ministério Público da União

Ministério Público Federal

Procuradoria Geral da República

PORTARIA Nº 37, DE 31 DE JANEIRO DE 1992

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições, resolve:

Designar o Doutor EDISON MESSIAS DE ALMEIDA, Procurador da República de 2ª Categoria, lotado na Procuradoria da República no Estado do Pará, para, até ulterior deliberação, funcionar como defensor da União Federal nos autos da Ação Civil Pública nº 91.0001553-9, em trâmite na 2ª Vara Federal da Seção Judiciária no Estado do Amazonas.

MIGUEL FRAUZINO PEREIRA

Ministério Público do Trabalho

Procuradoria Geral da Justiça do Trabalho

PORTARIA Nº 30, DE 31 DE JANEIRO DE 1992

O Procurador-Geral da JUSTIÇA DO TRABALHO, em exercício, no uso de suas atribuições, considerando que o quadro de Procuradores da Procuradoria Regional da 7ª Região, com sede em Fortaleza-CE, composta por quatro titulares, enfrenta situação emergencial, pela ausência de três deles, um em exercício de mandato de natureza política, os dois outros por doença e férias, RESOLVE:

I - Determinar à Procuradoria Regional do Trabalho da 7ª Região que, em caráter excepcional, envie, com rigorosas cautelas contra a eventualidade de extravios, à Procuradoria Regional do Trabalho da 6ª Região, com sede em Recife-PE, 150 (cento e cinquenta) processos de seu estoque, para que neles oficiem, por distribuição, os Procuradores do Trabalho ali em exercício.

II - Recomendar ao Procurador Regional do Trabalho da 6ª Região que propicie celeridade no exame dos processos em questão, de modo a evitar fique o Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região sem autos para julgamento, aplicando, no que for possível, as instruções normativas da Portaria nº 225, de 8.7.91, publicada no Diário de Justiça de 10.7.91.

Esta Portaria entrará em vigor imediatamente.

ARMANDO DE BRITO

Ordem dos Advogados do Brasil

Conselho Federal


Presidência

PORTARIA Nº 35, DE 21 DE JANEIRO DE 1992 (*)

PORTARIA Nº 035/92. O Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, no exercício de sua competência estatutária e regimental, **RESOLVE**: Designar o advogado **ROBERTO ARMANDO RAMOS DE AGUIAR** para compor a Comissão de Ciência e Ensino Jurídico, criada por intermédio da Resolução nº 13/91, publicada no DJU-I de 21/08/91, p. 11156.

MARCELLO LAVENÈRE MACHADO

(*) - Republicada por ter saído com incorreção, do original, no D.J. de 31/01/92, pág. 320.



— Organizada
pelo
Ministério
Público
Militar
da União —

REVISTA DE DIREITO MILITAR

Número 11 — 1984

191 páginas

Informações:
SIG — Quadra 06 — Lote 800 — CEP: 70604 — Brasília/DF. Fones: (061) 321-5566 — R. 305, 308, 309, 325 ou 328; 226-6812

Microfilmagem no Brasil

||| A questão legal |||

Edição do Ministério da Justiça, preparada pela Imprensa Nacional, trazendo legislação, propostas e sugestões acerca do microfilme.

Aquisições: Imprensa Nacional
Não operários com reembolso postal



EDITORIAÇÃO DE PUBLICAÇÕES OFICIAIS

248 páginas

ab associação dos bibliotecários
df Comissão de Publicações Oficiais

Imprensa Nacional
Brasília 1987

EDITORIAÇÃO DE PUBLICAÇÕES OFICIAIS

Publicação elaborada pela Subcomissão de Política Editorial e Normalização da Comissão de Publicações Oficiais Brasileiras e co-editado pela Imprensa Nacional e Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal contendo informações e regras básicas sobre editoração de publicações oficiais.

As aquisições poderão ser feitas diretamente na Seção de Assinaturas e Vendas ou mediante envio de cheque nominal à Imprensa Nacional, acompanhado de esclarecimentos. Em caso de Órgão Público, mediante cópia da Nota de Empenho.

Maiores informações — End.: SIG Quadra 06 — Lote 800 — CEP: 70604. Fones: (061) 321-5566 R. 305, 308, 309, 325 ou 328; (061) 226-6812